

Ulysses: crise pode levar a golpe

Adverte que "já vimos esse filme" e tenta acordo sobre o mandato

O presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, advertiu vários parlamentares do seu partido sobre a gravidade da situação político-institucional, lembrando que muitos deles já viveram dias semelhantes que antecederam às rupturas das normas constitucionais. "Eu e vários companheiros já vimos esse filme", disse ele.

Os comentários foram feitos na noite de quarta-feira, na residência oficial, durante reunião com deputados e senadores do PMDB, para discutir sistema de governo, duração do mandato presidencial, a aceleração dos trabalhos da Constituinte e o quadro nacional.

Compareceram os ministros Luiz Henrique, Renato Archer e Celso Furtado; o ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães; o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena; o líder Ibsen Pinheiro; o senador Albano Franco e mais de 20 deputados, entre os quais Expedito Machado, José Geraldo, Cid Carvalho, Gil César, Ubiratan Aguiar, Nelson Jobim, Maurício Fruct, Genebaldo Correia, Ronaldo César Coelho, Fernando Coelho. Por motivo de doença não compareceu o senador José Richa. Os líderes Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso não foram convidados.

Pauta da reunião: dar sustentação partidária a Ulysses Guimarães para levar ao presidente Sarney a se do parlamentarismo com mandato de cinco anos — eleições em 89.

Participantes da reunião garantiram que moderados do partido, até então presidencialistas como Expedito Machado e José Geraldo, deverão apoiar o parlamentarismo, com mandato de cinco anos para Sarney.

Já o presidente do Congresso e do Senado, Humberto Lucena, contestou informações de que na reunião na casa de Ulysses Guimarães havia admitido rever sua posição "em nome da unidade do PMDB". O senador Lucena é autor da proposta básica do presidencialismo. Explicou que insistiu na sua proposta presidencialista, embora observasse que, em caso de impasse — nenhuma emenda sem o apoio de maioria absoluta (280 votos) — os entendimentos deveriam ser realizados de imediato, para evitar o buraco negro.

O ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães falou demais, segundo parlamentares moderados do PMDB, para mostrar a inviabilidade de um acordo. Para ele, a decisão só seria possível no voto. Meio irritado, Expedito Machado indagou a um companheiro ao lado: "O Raphael é deputado por qual Estado?"

A maioria, porém, chegou à conclusão de que presidencialismo e cinco anos, como quer o Planalto, rachariam o PMDB. Reconhecem, também, que eleição em 88, com parlamentarismo ou presidencialismo, seria a derrota do Presidente da República, capaz de criar o confronto, "com a participação das Forças Armadas".

Diante do impasse, lembrou um dos participantes, a saída viável, capaz de atender a Sarney e aos militares, seria a de lutar pelo parlamentarismo e por eleições somente em 89. As reações seriam menos graves, mesmo com o risco de rompimento de parcela importante do partido, sob a liderança de Mário Covas, José Richa, Euclides Scalco, Pimenta da Veiga e outros.

O senador Fernando Henrique aceitaria a tese, sob a alegação de que importante é o sistema parlamentarista e que um ano a menos ou a mais de mandato para Sarney não seria fundamental.

O senador Mário Covas não escondeu sua irritação com as notícias de que boa parte do seu partido parece aceitar o parlamentarismo com eleições em 89. "Continuo coerente: defendo e vou votar pelo parlamentarismo e mandato de quatro anos a Sarney. A convenção nacional do meu partido deliberou liberar cada constituinte a votar conforme sua consciência".

"Esse acordão é um golpe", reagiu o presidencialista José Lourenço, líder do PFL. "Precisamos enfrentar a direita do PMDB que está fazendo acordo pelo mandato de cinco anos e parlamentarismo", disse Maurílio Ferreira Lima, coordenador da bancada do PMDB de Pernambuco, que defende presidencialismo e eleições neste ano. Também presidencialista e favorável ao mandato de quatro anos, o vice-líder do PT, deputado José Genoino, comprometeu-se com Lourenço, Maurílio e com o PDT a lutar contra o parlamentarismo e contra mandato de cinco anos.

EUGENIO NOVAES



Na Mesa da Constituinte, Ulysses entre a cúpula de seu partido: uma advertência contra a radicalização

Sarney não negocia para ter os 5 anos

Ao garantir ao governador de Pernambuco, Miguel Arraes — em jantar na quarta-feira, no Palácio da Alvorada — que não seria "obstáculo a um entendimento", o presidente José Sarney não sinalizou com a possibilidade de negociar, como interpretaram, erroneamente, alguns setores políticos. Sua posição não mudou. Ele não vai barganhar para ficar mais um ano no Governo, por uma questão ética e moral: é parte interessada". Disse, ontem, importante fonte do Palácio do Planalto.

Prova disto — disse a fonte — é que o Presidente não fez qualquer menção a pontos que negociaria em troca de votos pelo mandato de cinco anos, ou pelo sistema presidencialista. Sobre isso, aliás, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, afirmou ontem no Congresso, que "o Presidente se sente eticamente impedido de negociar esses pontos, uma vez que é parte interessada, e não administra em função do mandato".

QUADRO MELHORA

A inflexibilidade do governo — recusando-se a negociar — tem um explicação muito simples. E que pelos últimos levantamentos feitos — inclusive o realizado ontem numa reunião da qual participaram sete ministros, o assessor político

Thales Ramalho, e o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, entre outros — a constatação foi de que houve uma sensível melhora no quadro, em favor dos cinco anos. A maioria foi ampliada significativamente, revelou a fonte do governo.

Já em relação ao sistema de governo — que poderá ser votado neste final de semana, como pretende o presidente da Constituinte, deputado, Ulysses Guimarães — o resultado da votação deste tema ainda é uma incógnita. A questão somente se definirá na hora da votação. Há no entanto, uma corrente que acredita numa vitória apertada do presidencialismo. De um modo geral, as apostas aumentam no sentido de que haverá o buraco negro e neste caso, terá, necessariamente, de haver um acordo.

E com esta perspectiva que os negociadores do governo preparam-se para negociar. Eles acreditam que mesmo no insucesso — nenhum dos dois grupos atingindo os 280 votos — a facção presidencialista será a majoritária. Neste caso, todo o entendimento se dará a partir do modelo presidencialista.

Já há, inclusive, um esboço do sistema de governo a ser negociado. Será um sistema híbrido, pelo qual o Presidente da República nomearia o primeiro-

ministro, cuja função seria executar a política traçada pelo chefe do governo. Ou seja, o Presidente não seria despojado de prerrogativas. De acordo com o modelo esboçado para negociação, caberia, ainda, ao Presidente, a nomeação de funcionários civis e militares, e não ao primeiro-ministro, como consta do projeto aprovado pela Comissão de Sistematização, e seriam, também, da competência do Presidente, as decisões em relação aos assuntos de segurança nacional e política externa. O primeiro-ministro, neste caso apenas participaria das decisões.

De acordo com a fonte palaciana, naturalmente alguns desses pontos seriam colocados na mesa de negociação com uma certa margem de flexibilidade. Poderão ou não ser mantidos, dependendo da receptividade, do rumo das negociações. Mas, questões como a dissolução do Congresso Nacional pelo Presidente da República, quando ficar caracterizada uma situação de impasse, será um dos pontos negociáveis por parte do governo. A inspiração do governo é do modelo parlamentarista da França, que prevê, entre outras coisas, a derrubada do gabinete, através de moção de desconfiança aprovada por dois terços dos votos dos parlamentares.

Eleição agora só perturba, afirma Amato

São Paulo — O presidente da Fiesp, Mário Amato, disse ontem após um encontro com o governador Orestes Quêrcia no Palácio dos Bandeirantes, que a convocação de uma eleição neste momento poderá acarretar "uma perturbação ainda maior" em face do impasse que está havendo na própria Constituinte, onde não estão definidos as regras do jogo.

Mário Amato voltou a defender um adiamento na votação do sistema de governo e uma consulta ao povo caso os constituintes não cheguem a um conclusão sobre o assunto. Para o empresário, as declarações recentes do presidente Sarney com críticas aos políticos "são razoáveis e necessárias numa democracia".

O empresário disse que não vê nenhuma pressão dos ministros militares sobre a Constituinte: "Isso não existe. São manifestações democráticas e o Brasil já é culto suficiente para não sofrer nenhum tipo de pressão". Segundo Mário Amato, a URP não pode ser extinta enquanto não se encontrar um mecanismo que a substitua.

Reações preocupam líder

CELSON FRANCO
Da Editora de Política

"Quem levantar agora a bandeira do parlamentarismo com cinco anos, leva tiro dos dois lados". A frase, do deputado Ibsen Pinheiro, líder do PMDB na Câmara, refere-se à tentativa de alguns parlamentaristas, que, em reunião na casa de Ulysses Guimarães, anteontem à noite, tentaram ressuscitar a proposta.

A declaração do líder peemedebista — um dos escudeiros do deputado Ulysses Guimarães — apenas reforça a constatação do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, de que, "agora, é apertar o botão e ver o que dá no placar".

As reações, ontem, ao movimento que se tentou rearticular, durante o jantar na casa de Ulysses Guimarães, deram ainda mais razão a Ibsen e a Ulysses. Elas vieram, apenas para exemplificar, do deputado José Lourenço, presidencialista e favorável aos cinco anos para Sarney, e do senador José Richa, parlamentarista e defensor de eleições este ano.

Ulysses Guimarães reuniu quarta-feira à noite, em torno de sua mesa de jantar — raviolo e ros-bife, regados a vinho tinto — 21 constituintes peemedebistas: dezenove favoráveis ao parlamentarismo com cinco anos; dois parlamentaristas, mas defensores do mandato de quatro anos (Nelson Jobim e Maurício Fruct); e um único presidencialista, o senador Humberto Lucena. Na primeira fase da reunião — antes do jantar — Ulysses disse que queria ouvir a opinião de todos os presentes.

Foi quando o deputado José Geraldo (PMDB-MG) tentou recolocar em discussão a proposta do parlamentarismo com cinco anos. A tese recebeu imediata aprovação dos deputados Israel Pinheiro Filho e Expedito Machado, mas foi rejeitada pelo deputado Maurício Fruct, que



Ibsen

contra-atacou: "Nem Ulysses Guimarães, nem Mário Covas, ninguém pode fechar qualquer acordo nesse sentido, porque a convenção do PMDB deixou essas questões subordinadas à consciência de cada um".

O encontro, basicamente, tem duas versões: a dos que defendem o acordo; e a dos que não o admitem, ou que não vêem mais nenhuma possibilidade de entendimento. Deste lado estão o senador Humberto Lucena, os deputados Maurício Fruct e Nelson Jobim, e Ibsen Pinheiro, para quem o acordo, agora, "é impossível".

Os outros, especialmente o deputado Ronaldo César Coelho, acham que o acordo em torno do parlamentarismo com cinco anos é a única forma de evitar o impasse. Restaria a eles convencer, especialmente, o senador Mário Covas e, então, subir a rampa do Planalto para levar a solução ao presidente José Sarney.

Eles deixaram, de madrugada, a casa do deputado Ulysses Guimarães, com a missão de conversar com os coordenadores de bancadas e com o líder do PMDB na Constituinte, para tentar convencê-los que "o acordo é a luz no fim do túnel". Do senador Mário Covas, e também dos senadores José Richa e Fernando Henrique Cardoso, ouviram que a luz no fim do túnel é votar. Agora é em 15 de novembro deste ano.

Dia de votar regime preocupa

Eram 10h50m quando o presidente José Sarney telefonou ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para saber quando a Constituinte decidirá o sistema de governo, uma vez que não deseja estar ausente de Brasília durante a votação. Ulysses respondeu ao Presidente que ainda não tinha definido a data, mas minutos depois comunicou a Sarney e a alguns parlamentares que estavam em seu gabinete que convocará a votação para domingo.

Assim que souberam da decisão de Ulysses, parlamentares ligados ao senador Mário Covas interpretaram a definição da data como uma manobra do próprio deputado para aprovar o parlamentarismo já e o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, uma tese que cresceu no PMDB nas últimas 24 horas. No entender desses constituintes, o domingo é um dia de quorum baixo e seria mais fácil rejeitar a proposta presidencialista (a primeira emenda a ser

votada), dando chance de fechar o acordo em torno do parlamentarismo.

Ulysses anunciou pela manhã, em entrevista, que convocou as sessões da Constituinte para sábado e domingo, em informar, contudo, se o sistema de governo será colocado em votação. Segundo ele, é preciso concluir o capítulo do Poder Legislativo, que ainda tem "um número considerável de destaques" para ser examinado.

Centrão propõe adiar a votação do sistema

Até o início da noite de quarta-feira, a decisão de Ulysses Guimarães era votar o sistema de governo na próxima terça-feira; no final da noite, convencido por constituintes de que "a matéria enche a casa", resolveu votá-la no domingo; ontem, os líderes do Centrão reagiram, e a decisão final foi adiada para hoje.

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte reúne às 10 horas de hoje, em seu gabinete, as lideranças partidárias, para discutir o dia de votação do sistema de governo. O encontro foi marcado a pedido dos líderes Gastone Righi (PTB) e José Lourenço (PFL).

Eles não querem, aliás, não admitem a votação do sistema de governo no domingo, sob a alegação de que a matéria é muito importante para ser votada no final de semana quando, tradicionalmente, o quorum é baixo, ficando entre 300 e 320 constituintes.

BURACO

Objetivo de algumas lideranças é, evidentemente, ganhar tempo. Isso tornou-se claro ontem à tarde no plenário da Constituinte, com o líder do PTB, Gastone Righi, trabalhando para que as emendas presiden-

cialista e parlamentarista caiam no buraco negro, forçando, assim, a negociação: "tem que dar o buraco" é a palavra de ordem de Gastone.

Essa tese assustou algumas lideranças do PMDB, que vêm aj o dedo longo do Palácio do Planalto — ontem, o assessor do Gabinete Civil, Henrique Hargreaves, passou toda a tarde no plenário da Constituinte — que estaria interessado em ganhar tempo e, aj, tornar



Righi

mais eficiente a pressão sobre os constituintes.

INSENSATEZ

O deputado Luiz Eduardo Magalhães acha "uma insensatez" votar o sistema de governo no domingo. Evita ser muito direto, mas diz o que pensa quando afirma que "isso é um jogo que não é limpo". A demora, segundo ele, em anunciar os dias de votação, "deixa os constituintes inseguros em relação à matéria, porque ficam pensando que existe alguma coisa por trás disso".

Se dependesse exclusivamente de Ulysses Guimarães — foi isso que ele disse ao encerrar a sessão — o sistema de governo seria votado mesmo no domingo. Mas ele, como presidente e coordenador dos trabalhos da Constituinte, não pode desconsiderar as ponderações de lideranças importantes, até porque elas podem forçar o adiamento, o que seria ainda pior.

De qualquer forma, Ulysses mantém a convocação para as sessões de sábado e domingo, mesmo que, na opinião de seus assessores e de políticos mais próximos, a votação só deverá acontecer no início da próxima semana, mais provavelmente na terça-feira, como ele decidira primeiramente.